

I-973 - PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO IFBA, CAMPUS SALVADOR, EIXO ÁGUA E ESGOTO

Marion Cunha Dias Ferreira⁽¹⁾

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal da Bahia, UFBA. Mestre em Engenharia Ambiental Urbana pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/EPUFBA). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal da Bahia, IFBA, *Campus* de Salvador. Departamento Acadêmico de Construção Civil.

Daniela Gomes dos Santos

Estudante do Curso Técnico em Saneamento do Instituto Federal da Bahia, IFBA, *Campus* de Salvador. Departamento Acadêmico de Construção Civil.

Diana Rodrigues Ribeiro

Estudante do Curso Técnico em Saneamento do Instituto Federal da Bahia, IFBA, *Campus* de Salvador. Departamento Acadêmico de Construção Civil.

Tamires Miranda Conceição

Estudante do Curso Técnico em Saneamento do Instituto Federal da Bahia, IFBA, *Campus* de Salvador. Departamento Acadêmico de Construção Civil.

Endereço⁽¹⁾: Rua Emídio dos Santos, s/n - Barbalho - Salvador - Ba - CEP: 40.301-015 - Brasil - Tel.: +55 (71) 2102-9535/9536 - e-mail: mariondias@hotmail.com

RESUMO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), regulamenta a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) na Administração Pública Federal, uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade por meio da Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012, definir que as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços e deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas: I – material de consumo; II – energia elétrica; III – água e esgoto; IV – coleta seletiva; V – qualidade de vida no ambiente de trabalho; VI – compras e contratações sustentáveis; VII – deslocamento de pessoal. Surge então o papel das instituições de ensino, responsáveis pela formação de profissionais e educadores, futuros líderes na nossa sociedade, a conduzir o desenvolvimento considerando o tripé econômico – social – ambiental, para que as futuras gerações tenham a mesma qualidade de vida que temos hoje, atendendo assim o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, a partir das diretrizes e ações definidas na IN nº. 10/2012 para o Eixo Água e Esgoto, propôs-se neste trabalho trazer contribuições para a elaboração do PGLS, Eixo Água e Esgoto na instituição em estudo, Campus Salvador, observando o histórico e ações de uso da água que o Campus possui. A partir dessas informações, foi possível propor uma primeira versão do PGLS da instituição estudada, Campus Salvador no Eixo Água e Esgoto e poder contribuir para subsidiar metas e ações para o Campus Salvador, contribuindo para o planejamento e estabelecimento de rotinas de sustentabilidade e racionalização no que tange ao consumo de água e a geração dos efluentes, possibilitando uma nova visão quanto ao aspecto socioambiental à instituição, sensibilizando servidores e estudantes quanto a importância de um uso comedido da água, bem como adotando soluções tecnológicas voltadas à redução do consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de Gestão de Logística Sustentável, sustentabilidade, água, esgoto.

INTRODUÇÃO

O governo tem tomado diversas iniciativas pertinentes quanto às instituições públicas, como a Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que regulamenta a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) na Administração Pública Federal. O PGLS é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

No art. 8º da IN nº. 10/2012 é definido que as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços e deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas: I – material de consumo; II – energia elétrica; III – água e esgoto; IV – coleta seletiva; V – qualidade de vida no ambiente de trabalho; VI – compras e contratações sustentáveis; VII – deslocamento de pessoal. Surge então o papel das instituições de ensino, responsáveis pela formação de profissionais e educadores, futuros líderes na nossa sociedade, a conduzir o desenvolvimento considerando o tripé econômico – social – ambiental, para que as futuras gerações tenham a mesma qualidade de vida que temos hoje, atendendo assim o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

O local desse estudo, a exemplo de outras instituições acadêmicas, produz resíduos sólidos, efluentes, emissões atmosféricas dos seus veículos, causa incômodos aos vizinhos pela movimentação de veículos em seu entorno, consomem energia, água, enfim, demanda recursos naturais direta e indiretamente, e causa impactos pelas suas atividades desenvolvidas.

Seguindo essa perspectiva, a partir das diretrizes e ações definidas na IN nº. 10/2012 para o Eixo Água e Esgoto propõe-se neste trabalho trazer contribuições para a elaboração do PGLS, Eixo Água e Esgoto observando as ações de consumo de água que o Campus Salvador possui observando o perfil de consumo dos seus usuários e assim contribuir para subsidiar metas e ações para o campus, com o planejamento e estabelecimento de rotinas de sustentabilidade e racionalização no que tange ao consumo de água e a geração dos efluentes, possibilitando uma nova visão quanto ao aspecto socioambiental à instituição, sensibilizando servidores e estudantes quanto a importância de um uso comedido da água, bem como adotando soluções tecnológicas voltadas à redução do consumo.

OBJETIVO DO TRABALHO

Contribuir na elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável, Eixo Água e Esgoto para o local de estudo, Campus Salvador observando as ações de consumo de água que o campus possui e observar o perfil de consumo dos seus usuários.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada para o desenvolvimento do presente estudo consistiu em revisão bibliográfica, pesquisa em fontes de dados secundários e a proposta de uma versão do Plano de Gestão de Logística Sustentável para o instituto, Campus Salvador, Eixo Água e Esgoto e visita de campo no instituto.

A pesquisa bibliográfica foi realizada para dar embasamento teórico e conceitual sobre os temas tratados no presente trabalho, bem como, dar subsídios para que fossem entendidos os problemas atuais com a elaboração de PGLS, em especial nos aspectos de água e esgoto. Desse modo, foram analisados leis, decretos, resoluções, livros e artigos, e o PGLS em outras instituições públicas, que permitiu conhecer e a realidade de outras instituições de ensino, bem como outros órgãos executivos do poder público federal e todos atendendo a IN nº. 10/2012, tendo como fontes de pesquisa, sítios eletrônicos e o Google Acadêmico.

Foi realizada visita de campo na instituição, a fim de verificar a disposição das instalações prediais de água e dessa forma confrontar com as análises das ações de consumo de água praticadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração dessa versão inicial do PGLS envolveu uma análise das melhores práticas usadas por outras instituições federais de modo que pudessem ser replicadas nesta instituição em estudo trazendo ações de referência em logística sustentável na administração pública.

Assim foi proposta a estrutura básica apresentada na Figura 1 para a construção do PGLS contemplando tanto, inicialmente, a definição e a requerida apresentação do Plano de Ações, quanto, posteriormente, a inserção do Relatório de Acompanhamento (R.A.), contemplando a apresentação dos resultados respectivos e revisões e ou sugestões de novas ações.

Apresentação, a partir de template padrão a ser disponibilizado pela CPGLS, com o conteúdo mínimo elencado abaixo:

1. Introdução
2. Objetivos
 - 2.1 Objetivo geral
 - 2.2 Objetivos específicos
3. Disposições preliminares
4. Planos de ações por eixos e subeixos de atuação (abrangendo, por ação, os tópicos elencados: objetivo, detalhamento da implementação, áreas envolvidas, responsáveis, metas (indicando os respectivos indicadores), cronograma, previsão de recursos)
 - 4.1 Inventariado, aquisições e contratações
 - 4.1.1 Inventariado
 - 4.1.2 Aquisições e contratações
 - 4.2 Racionalização do uso de materiais e serviços
 - 4.2.1 Material de consumo
 - 4.2.1.1 Papel
 - 4.2.1.2 Copos descartáveis
 - 4.2.1.3 Cartuchos para impressão
 - 4.2.2 Energia elétrica
 - 4.2.3 Água e esgoto
 - 4.2.4 Deslocamento de pessoal
 - 4.3 Coleta seletiva
 - 4.4 Qualidade de vida no ambiente de trabalho
 - 4.5 Ações de divulgação, conscientização e capacitação
- Em tempo, o R.A. deverá ser devidamente inserido no documento, por meio da inserção dos tópicos Resultados alcançados (sempre balizados pelos indicadores previamente definidos), para cada ação definida no plano original, bem como dos tópicos Ações para o ano subsequente, para cada eixo e subeixo de atuação, devidamente pontuadas no Anexo III.
5. Considerações finais
6. Referências bibliográficas
7. Anexos Anexo I Anexo II Anexo III
8. Apêndice

Figura 1 - Estrutura Básica do PGLS

A abrangência da implementação do PGLS, atinge, portanto, desde a totalidade da população do Campus Salvador, englobando servidores, discentes, terceiros e convidados, até as comunidades adjacentes às suas

instalações, além de outras, que de alguma forma com ele interajam, inclusive por meio de projetos de cunho sustentável.

A definição do Plano de Ações, requisita diversas atividades de levantamento e mapeamento para o necessário conhecimento, pormenorizado, tanto da estrutura, quanto do modus operandi do Instituto. Para tanto, para que se definam objetivamente as ações e as respectivas metas, considerando o estabelecimento de prioridades e a classificação delas, faz-se necessário conhecer informações do inventariado, ao levantamento de quantitativo e custos de insumos e contratos de serviços, ao mapeamento da totalidade de resíduos descartáveis recicláveis no âmbito do campus, aos diagnósticos energéticos, entre outros. As atividades necessárias ao conhecimento da estrutura e do modus operandi podem ser também configuradas como ações, a serem consideradas no Plano de Ações.

O PGLS deve ser elaborado e publicado no site do Instituto no prazo a ser definido pela comissão a ser formada.

Uma vez definida a organização do plano e a sua sistemática de retroalimentação, a agenda operacional do PGLS consiste das seguintes etapas e eventos, que se repetem anualmente:

- I. Formação e/ou ratificação das comissões gestoras;
- II. Ações de mapeamento e conhecimento da estrutura;
- III. Definição das ações e elaboração do PGLS das unidades administrativas;
- IV. Publicação dos PGLS nos sites das unidades administrativas e encaminhamento à CPGLS/CISA;
- V. Acompanhamento das ações e monitoramento dos resultados;
- VI. Publicação dos resultados parciais (Anexo III da IN nº. 10/2012), indicando metas propostas e os resultados alcançados, medidos pelos indicadores definidos, nos sites das unidades administrativas;
- VII. Revisão e/ou manutenção do Plano de Ações pela comissão gestora;
- VIII. Avaliação pela comissão gestora e publicação do PGLS com R.A. no site das unidades administrativas;
- IX. Encaminhamento do PGLS com R.A. para a CPGLS/CISA;
- X. Compilação dos resultados locais, avaliação do resultado geral, publicação no site institucional e encaminhamento do PGLS Geral com R.A. à Diretoria Geral o campus.
- XI. O atendimento integral à agenda, conforme Instrução Normativa, é definido pelo cumprimento dos seguintes eventos externos:
- XII. Publicação anual do PGLS no site da unidade administrativa;
- XIII. Publicação semestral dos resultados, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos respectivos indicadores (publicação dos resultados parciais e do R.A.);
- XIV. Publicação anual do PGLS Geral com R.A. no site institucional;
- XV. Encaminhamento anual do PGLS Geral com R.A. à Diretoria Geral do campus.
- XVI. O campus deverá instituir uma Comissão Gestora do Plano de Gestão Logística Sustentável – CGPLS, com, no mínimo, três integrantes, formada, prioritariamente, por gestores (DG, DEPAD, DE) e respectivos secretariados, além de demais departamentos e ou coordenações afins, como Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio.

A Formação das comissões deve considerar as responsabilidades transversais dos servidores em cargo de gestão, configurando elaboração, preenchimento, gestão, acompanhamento, monitoramento e avaliação do PGLS, como demandas intrinsecamente associada às funcionalidades dos gestores do Instituto, na busca por resultados decorrentes da boa gestão. Todas as reuniões da comissão deverão, obrigatoriamente, possuir registros em ata.

Sobre os mecanismos de monitoramento e avaliação do PGLS, a Instrução Normativa SLTI/MP nº. 10/2012 diz sobre a adoção de um mínimo de indicadores listados no Anexo III da referida IN como mecanismos de controle semestral para cada eixo e ou subeixo considerado no PGLS, e deverão ser considerados indicadores adequados, como os sugeridos a seguir:

- Volume de água: quantidade consumida em m³ de água de acordo com o registro da concessionária (Embasa);
- Gasto com água: custo da água de acordo com fatura emitida pela concessionária;

- Consumo específico de água (consumo *per capita*): consumo contratado de água(m³)/número de usuários(população do campus);
- Custo específico (custo *per capita*): valor das faturas (R\$)/número de usuários;
- Fator de reutilização de água: consumo de água reutilizada(m³)/consumo contratado de água(m³);
- Fator de captação de água: consumo de água captada(m³)/consumo contratado de água(m³);
- Redução em % do consumo de água por área construída: m³/m² construído;
- Redução em % do consumo de água por pessoa: litros/ pessoa;
- Implementação de monitoramento em % da área abastecida por água: % de área monitorada;
- Realização de manutenção preventiva em % do sistema de abastecimento de água e esgoto: % do sistema com manutenção preventiva;
- Realização de manutenção corretiva em % do sistema de abastecimento de água e esgoto: % do sistema com manutenção corretiva;
- Destinação adequada em % do esgoto: % pontos inadequados regularizados;
- Adequação do sistema de drenagem em % das áreas: % das áreas com sistema de drenagem adequado.
- Os resultados alcançados através desses parâmetros e indicadores para o plano serão avaliados semestralmente pela comissão gestora do Instituto Federal da Bahia, Campus Salvador.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou elaborar uma proposta de implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável na instituição pesquisada - Eixo Água e Esgoto, Campus Salvador, permitindo assim o campus construir uma versão inicial do PGLS o qual deverá ser continuamente atualizado não só no tema inicialmente aqui contemplado – Água e Esgoto – mas também nos demais temas recomendados pela IN nº 10/2012.

Recomenda-se o envolvimento de toda a comunidade em todos os programas e ações do PGLS realizando todos os ajustes necessários em prol da valorização das boas práticas de sustentabilidade por todos os setores administrativos e acadêmicos do campus estimulando a integração do ensino, da pesquisa e da extensão de forma interdisciplinar documentando e disponibilizando as informações sobre processos, procedimentos, pressupostos e limitações com transparência aprimorando o nível de credibilidade de modo que seja desenvolvido o sentido de pertencimento ao espaço.

Entende-se que os desafios serão enormes, tendo em vista que o campus é um ambiente bastante complexo, área física considerável, vários departamentos ofertando cursos em diversas modalidades fazendo circular diariamente um número significativo de pessoas com uma grande diversidade de atividades que são realizadas em seu interior.

Salienta-se que os constantes vazamentos que surgem na rede predial do Campus Salvador promovem um custo adicional ao orçamento, além do desperdício de um importante recurso natural, dessa forma recomenda-se a previsão de contratação de empresa para cadastramento da rede predial e apresentação de projeto para substituição dela, bem como a sua execução com ampliação necessária.

Ademais, vale salientar a importância de se realizar futuramente uma pesquisa acadêmica com a finalidade de coletar dados de consumo de água em outros institutos, como o campus da Vitória da Conquista e o de Feira de Santana, ambos com uma maior área de extensão e maior número de estudantes, para que possa analisar e obter um comparativo com o campus de Salvador, no intuito de avaliar a necessidade de aplicar boas práticas de sustentabilidade além do que foi proposto no presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília/DF.
2. BRASIL/MF (Ministério da Fazenda). Orientações: contratações sustentáveis. Brasília: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/SPOA, 2014. 25 p.
3. BRASIL/MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Coletânea de melhores práticas de gestão do gasto público. 3ª edição. Brasília, abril de 2012.
4. MONTEIRO, J. Artigo na página eletrônica administradores.com.br, de 19/11/2010: Logística aplicada à administração pública. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/logistica-aplicada-a-organizacao-publica>. Acesso em: 29 out. 2019.